**“CASE MANAGEMENT” NO DIREITO INTERNACIONAL:
ANÁLISE DOS DESENHOS CONCEBIDOS NOS “PRINCÍPIOS DE
PROCESSO CIVIL TRANSNACIONAL” (ALI/UNIDROIT) E NO
“MODELO DAS REGRAS EUROPEIAS DE PROCESSO CIVIL”
(ELI/UNIDROIT) ⁴³**

**“CASE MANAGEMENT” IN THE INTERNATIONAL LAW:
ANALYSIS OF THE MODELS DESIGNED IN THE “PRINCIPLES OF
TRANSNATIONAL CIVIL PROCEDURE” (ALI/UNIDROIT) AND “MODEL EUROPEAN
RULES OF CIVIL PROCEDURE” (ELI/ UNIDROIT)**

Caio Watkins

Mestrando em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em Direito Federal pela Escola da Magistratura Federal do Paraná (ESMAFE/PR) em parceria com o Centro Universitário Internacional (Uninter). Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Rio de Janeiro/RJ. E-mail: caiowatkins@gmail.com.

RESUMO: Este ensaio pretende analisar o “*case management*” no cenário do direito processual civil internacional através do estudo do modelo de gerenciamento concebido nos “Princípios do Processo Civil Transnacional (ALI/UNIDROIT)” e nas “no Modelo de Regras Europeias de Direito Processual Civil (ELI/UNIDROIT)”, documentos de “*soft law*” voltados para a harmonização de variados sistemas jurídicos em torno das melhores práticas processuais conhecidas.

PALAVRAS-CHAVE: “*Case management*”. Direito internacional. Princípios do Processo Civil Transnacional. Modelo de Regras Europeias de Processo Civil.

ABSTRACT: This essay intends to analyze “*case management*” in the international civil procedural law scenario through the study of the management model designed in the “Principles of Transnational Civil Procedure (ALI/UNIDROIT)” and in the “Model European Rules of Civil Procedural Law (ELI/UNIDROIT)”, soft law documents aimed to harmonize different legal systems around best known procedural practices.

KEYWORDS: “*Case management*”. International Procedure Law. Principles of Transnational Civil Procedure. Model European Rules of Civil Procedure.

**INTRODUÇÃO: O
GERENCIAMENTO PROCESSUAL E A**

⁴³ Artigo recebido em 04/06/2021 e aprovado em 09/05/2025.

BUSCA PELA EFICIÊNCIA PROCESSUAL

O presente ensaio tem como escopo analisar o destaque dado ao “*case management*” no cenário do direito processual internacional. Para isso, será examinada a forma como os modelos processuais desenvolvidos em âmbito internacional estruturam suas dinâmicas de gerenciamento do processo no sentido de conduzi-lo ao cumprimento das suas finalidades.

Antes, porém, de inspecionarmos os modelos internacionais, é necessário desenvolver algumas considerações a respeito da atividade de gerenciamento processual, em especial o seu conceito, objetivos e fundamentos.

O “*case management*” consiste num conjunto de técnicas,

instrumentos e posturas voltados para a racionalização, organização, direcionamento, e supervisão da marcha e dos resultados do processo. A gestão processual envolve o planejamento, o controle e a condução do processo para que ele possa alcançar as suas finalidades⁴⁴ de forma eficiente⁴⁵.

As últimas décadas vêm revelando uma tendência de concentração de poderes de gerenciamento processual nas mãos do juiz, o qual tem se afastado cada vez mais da postura de inércia tão vangloriada no modelo liberal clássico. De fato, a atribuição de um papel proativo ao magistrado na condução do litígio vem sendo observada mesmo nos países com marcante tradição de processo adversarial⁴⁶, implicando, assim, na ressignificação de aspectos estruturais da relação processual⁴⁷.

⁴⁴ Sobre as finalidades que devem ser cumpridas pelo processo, Paulo Cezar Pinheiro Carneiro afirma que “o direito processual tem diversas finalidades. Uma finalidade jurídica destinada a garantir, na prática, sempre que possível, a observância das regras estabelecidas pelo legislador ordinário nas diversas leis que regulam a vida em sociedade, (...). O processo tem também uma finalidade política, pois é através dele que o Estado cumpre a sua função de prestar jurisdição. Sobre este enfoque, os objetivos do Estado devem, em última análise, refletir os próprios fins a que ele se propõe enquanto ente político e, assim, seus agentes devem perseguir os valores que ele considera prioritários de serem alcançados. Finalmente, tem também o processo escopo social de pacificar com justiça e de educar, de sorte a permitir que as pessoas possam, a um só tempo, independente das diferenças, buscar seus próprios direitos e respeitar os dos outros. Enfim, podemos afirmar, através da reunião

destes três escopos e em uma única frase, que o processo se destina a realização da justiça.” (CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. A ética e os personagens do processo. Revista do Ministério Público, Rio de Janeiro, Edição Comemorativa, p. 1161, 2015).

⁴⁵ A respeito da noção de eficiência processual e sua distinção em relação aos conceitos de eficácia e efetividade, vide: COSTA, Eduardo José da Fonseca. As noções jurídico-processuais de eficácia, efetividade e eficiência, Revista de Processo, vol. 121/2005, p. 275 - 301, Mar/2005, DTR\2011\5490.

⁴⁶ GONÇALVES, Glaucio Ferreira Maciel. BRITO, Thiago Carlos de Souza. Gerenciamento dos processos judiciais: notas sobre a experiência processual civil na Inglaterra pós-codificação in Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 66, jan./jun. 2015, pp. 295/296.

⁴⁷ MILLER, Arthur R. “The Adversary System: Dinosaur or Phoenix” (1984). *Minnesota Law Review*. 867, pp. 14-16.

Embora as partes também ostentem poderes e responsabilidades afetas ao gerenciamento processual⁴⁸, é inegável que, ao fim e ao cabo, cabe ao juiz a tarefa de supervisionar o comportamento de todos os agentes envolvidos na relação processual, de maneira a zelar para que a atividade jurisdicional atinja suas finalidades e proteger o interesse público de conferir eficiência à administração da Justiça⁴⁹.

Para que o processo possa alcançar, com eficiência, as finalidades que dele se esperam, é necessário impulsioná-lo em pelo menos cinco eixos: (i) efetividade, (ii) duração razoável; (iii) economia de recursos; (iv) adaptabilidade e aderência às necessidades do litígio e (v) cooperação entre os atores processuais. Naturalmente, esses eixos estão interligados, de modo que o aprimoramento de um contribui para o desenvolvimento dos outros.

Quanto ao primeiro eixo, tem sabor do óbvio afirmar que o processo

somente cumprirá seu mister se for dotado de efetividade. De fato, o processo precisa ter condições de verdadeiramente tutelar os direitos em disputa, permitindo sua concretização no mundo dos fatos, sob pena de não passar de um amontoado de papéis desprovido de significado real. Afinal, como destacado por Carlos Alberto Alvaro de Oliveira, “a realização do direito é a vida e a verdade do direito; ela é o próprio direito. O que não passa à realidade, o que não existe senão nas leis e sobre o papel, não é mais do que um fantasma de direito, não são senão palavras”⁵⁰.

A atividade gerencial, nesse prisma, é voltada para a satisfação do direito disputado. Sendo assim, ela envolve o manejo dos poderes de efetivação do juiz, o acompanhamento e a supervisão dos resultados obtidos, e ainda a eventual adaptação das medidas necessárias para a satisfação do bem da vida concedido em favor de uma das partes⁵¹.

⁴⁸ CABRAL, Antonio do Passo. *New trends and perspectives on case management: Proposals on contract procedure and case assignment management*, Peking University Law Journal, 6:1, p. 18.

⁴⁹ Conforme destacado por Benoît Allemeersch: “The concept behind case management is that the procedural treatment of a case should not be driven by the parties’ strategies, but should be taken in hand and controlled by the court. It is the court that bears responsibility for the swift and efficient administration of justice, and therefore has to steer the case through the procedure – not just during hearings, but also during preparatory phases. To this end, courts have developed various approaches, which together we call ‘case management’. The term suggests a new understanding of the judge’s role in civil

litigation, his mission being not only to decide the case as the parties present it to him, but also to manage the caseload that confronts his court in a way that every procedure is dealt with in the most efficient manner”. ALLEMEERSCH, Benoît. *The Belgian Perspective on Case Management In Civil Litigation*, in VAN RHEE, C.H. *Judicial case management and efficiency in civil litigation*, ed. Intersentia, Antuérpia 2008, p. 79.

⁵⁰ OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. Efetividade e tutela jurisdicional. *Revista dos Tribunais*. São Paulo, v.94, n.836, p. 11, jun. 2005.

⁵¹ Em célebre trabalho sobre o “case management”, Judith Resnik ilustra o papel gerencial dos magistrados no âmbito da efetivação das decisões judiciais através do modelo hipotético de caso intitulado “*Petite v.*

A preocupação com a efetividade, contudo, não é suficiente para assegurar a eficiência do processo. Com efeito, o processo pode alcançar os resultados esperados e satisfazer a pretensão das partes, mas se o fizer em tempo e modo inadequados, não poderá ser considerado eficiente, a despeito da sua efetividade. Em outras palavras, a eficiência vai além da pura e simples efetividade, exigindo que esta seja alcançada em tempo razoável e com os menores custos possíveis.

Adentrando na análise do segundo eixo para o qual o processo deve ser impulsionado, é de conhecimento geral que a duração razoável é um atributo indispensável de qualquer processo que se pretenda justo. Como bem pontuado por Rui Barbosa, “*justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta*”⁵².

O atraso no desfecho de um processo gera, por si só, um “dano marginal”⁵³ aos atores processuais, decorrente do estado de indefinição prolongado do litígio. Além disso, a própria Justiça como um todo é

prejudicada pela morosidade processual, na medida em que quanto mais tempo um processo permanece pendente nas prateleiras do Judiciário, maior será a sobrecarga e o congestionamento das unidades judiciárias, afetando a qualidade da prestação jurisdicional para a sociedade.

Nesse contexto, a atividade gerencial deve prevenir e combater dilações indevidas e condutas procrastinatórias, aproveitar ao máximo os atos processuais, e planejar o desenvolvimento do processo de modo rápido, organizado e adequado à natureza da causa.

No que concerne ao terceiro eixo, o processo deve ser econômico, no sentido de evitar gastos desnecessários e desproporcionais e otimizar o emprego dos recursos disponíveis. O processo gera despesas tanto para os litigantes e intervenientes quanto para o próprio Poder Judiciário, de modo que o gerenciamento dos custos (“*cost management*”) é fundamental para evitar não só manobras processuais destinadas a pressionar ou onerar excessivamente

Governador”, uma demanda estrutural movida em face do Estado, na qual este foi condenado a melhorar as condições de uma determinada entidade prisional. No caso hipotético trabalhado pela autora, a fase de cumprimento de sentença se prolonga no tempo e demanda contínuo acompanhamento para fins de controle, determinação e adaptação das medidas necessárias ao cumprimento da obrigação imposta na sentença, tais como redução da lotação do estabelecimento, aumento do efetivo de segurança, contratação de serviços de limpeza, determinação de fornecimento de quantitativo mínimo de

refeições diárias, dentre outras medidas. RESNIK, Judith. *Managerial Judges*, 96 *Harvard Law Review* 376 (1982-1983), pp. 387/388.

⁵² BARBOSA, Rui. *Oração aos moços*, edição popular anotada por Adriano da Gama Kury, 5ª ed, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997, p. 40.

⁵³ CABRAL, Antonio do Passo. A duração razoável do processo e a gestão do tempo no Projeto do Novo Código de Processo Civil, Coleção Grandes Temas do Novo CPC, cord. Fredie Didier Jr., Dierle Nunes e Alexandre Freire, vol. 8 – Normas Fundamentais, JusPodivm 2016, p. 77.

determinados sujeitos processuais, mas também para resguardar o emprego adequado dos recursos públicos, titularizados por toda a sociedade.

Vale ressaltar que na tarefa de impulsionar o processo rumo aos três eixos até o momento abordados (efetividade, duração razoável) não se deve ter em mente apenas a necessidade de atender aos interesses do litígio individualizado. É necessário, ainda, atentar para o aspecto macro da busca pela eficiência, o qual se relaciona com o ideal de bom funcionamento do sistema de Justiça. Com efeito, sendo a Justiça um “recurso comum”⁵⁴, sua administração adequada é indispensável para que a satisfação da pretensão de determinados jurisdicionados não ocorra em prejuízo do atendimento às necessidades dos demais usuários desse recurso, resguardando a isonomia na prestação jurisdicional. Positivamente, o dispêndio de forças do Judiciário para atender exhaustivamente a um determinado processo não deve implicar no sacrifício desproporcional destas mesmas e invariáveis forças que precisam ser destinadas a diversos outros processos. Portanto, a jurisdição deve ser exercida de maneira proporcional e equilibrada, ponderando a necessidade de se garantir a eficiência tanto do caso individual, quanto do sistema de Justiça como um todo.

O quarto eixo está relacionado à flexibilidade do procedimento. Num cenário de litigância múltipla, complexa e volátil, característico da sociedade contemporânea, seria ingênuo pensar que a lei teria condições de disciplinar de forma exhaustiva todos os caminhos e variações procedimentais necessários à tutela dos mais variados conflitos. Por conseguinte, o processo precisa estruturado com algum grau de maleabilidade para que as partes e o juiz possam ter alguma margem de manobra na condução dos casos concretos, permitindo a adaptação e customização do procedimento em atenção às particularidades de cada causa.

O quinto e último eixo de impulsionamento do processo diz respeito à cooperação entre os atores processuais. Este eixo não pode ser considerado um aspecto indissociável da eficiência, já que é possível obtê-la mesmo num modelo de processo não cooperativo, mas, sem dúvida, funciona como um enorme facilitador para a sua concretização.

A desejada cooperação entre os atores processuais é multifacetada, ocorrendo nos vetores “parte-parte”, “juiz-partes” e “partes-juiz”.

No aspecto interpartes, embora autor e réu, via de regra, possuam interesses antagônicos no processo, ambos têm (ou pelo menos deveriam ter) ao menos um interesse convergente: a pacificação do conflito de maneira justa e adequada. Diante

⁵⁴ GICO JR., Ivo Teixeira. A tragédia do Judiciário. RDA – Revista de Direito

Administrativo, Rio de Janeiro, v. 267, set./dez. 2014, pp. 176/179.

deste interesse comum, mostra-se legítimo exigir esforços colaborativos reciprocamente entre as partes para que o conflito seja corretamente solucionado, o que inclui o dever de promoverem tentativas sérias de autocomposição do conflito.

Na vertente “juiz-partes”, observa-se que o magistrado deve assegurar que o processo se desenvolva num ambiente adequado e colaborativo. Nesse sentido, o magistrado deve orientar as partes quanto aos direitos em disputa, buscar reduzir a assimetria de poderes e de informação entre as partes, aproveitar ao máximo os atos praticados, assegurar a participação das partes nas decisões que dizem respeito aos rumos que a relação processual deve tomar, de maneira a legitimar o procedimento como espaço para o diálogo e exercício do contraditório. Atualmente também se concebe um dever do juiz de facilitar e estimular as negociações autocompositivas, superando as barreiras eventualmente existentes para o acordo, orientando as partes a respeito das vantagens dos métodos adequados de solução das controvérsias, e propagando da cultura da pacificação do conflito⁵⁵.

Por fim, na vertente “partes-juiz”, as partes e seus advogados devem colaborar com o Poder Judiciário na missão de administrar adequadamente a Justiça. Afinal, sendo esta custeada pela sociedade,

todos têm a responsabilidade de fazer bom uso de tal “recurso comum”. Nesse contexto, comportamentos contrários às finalidades do processo ou que denotem a utilização desnecessária ou abusiva do sistema de Justiça devem ser evitados e reprimidos. Adota-se, aqui, a ideia de cooperação desenvolvida por Erik Navarro Wolkart, no seguinte sentido: *“se a cooperação é união de esforços em prol de benefício comum, esse benefício, no processo, é o bom funcionamento do sistema de justiça. (...) Sendo assim, o conteúdo da cooperação no processo civil abrange todos os deveres dos sujeitos processuais capazes de auxiliar o processo e o sistema como um todo ao proferimento tempestivo de tutelas jurisdicionais justas e efetivas.”*⁵⁶

Feitas essas considerações iniciais, podemos então introduzir o “*case management*” como sendo o conjunto de técnicas e condutas adotadas, sobretudo pelos juízes, na direção e gerenciamento do processo, do início ao fim da relação processual, voltadas para organizar, planejar e controlar a sua marcha, assim como para encaminhar o litígio para a solução que se mostre mais justa e adequada, incluindo a satisfação do direito em disputa, com o intuito de implementar um modelo de processo eficiente, que atenda os ideias de celeridade, economicidade, efetividade, adaptabilidade e

⁵⁵ PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. *Jurisdição e Pacificação*. Paraná: CRV, 2017, p. 272.

⁵⁶ WOLKART, Erik Navarro. *Análise Econômica do Processo Civil: como a Economia, o Direito*

e a Psicologia podem vencer a tragédia da justiça, 2ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020, p. 233.

cooperação, e que seja apto a tutelar tanto os interesses das partes, quanto os da boa administração judiciária⁵⁷.

Note-se que o “*case management*” tem múltiplas dimensões. Ele envolve desde a (i) gestão administrativa, relacionada à organização do trabalho nas unidades judiciárias e otimização dos recursos disponíveis para a prestação jurisdicional, passando pela (ii) gestão do conflito, dirigida à identificação das peculiaridades do caso e das partes para que seja conferido o tratamento mais adequado ao litígio, até alcançar a (iii) gestão do procedimento, o qual deve ser conduzido de forma efetiva e deve contar com a possibilidade de

flexibilização para melhor se amoldar especificidades dos litígios⁵⁸.

A ampliação dos poderes judiciais na atividade de gerenciamento processual consiste num fenômeno que tem se verificado em diversos países, oriundos das mais distintas culturas e tradições jurídicas. Reforçando essa assertiva, observa-se que importantes instrumentos de Direito Processual Internacional fazem menção expressa ao “*case management*” e trazem disposições a respeito do tema.

Neste ensaio, analisaremos a disciplina do “*case management*” em dois relevantes instrumentos de “*soft law*”⁵⁹ do Direito Internacional, quais

⁵⁷ De modo similar, ainda que com ênfase diferenciada para alguns dos aspectos acima mencionados, Antonio Cabral sustenta o seguinte: “*Case management constitutes the early and continuous control over a judicial process and its proceedings in terms of efficiency, in order to enhance speed and quality, as well as to ensure compliance. Case management depends on planning and works by establishing objectives related to activities within the justice system that are suited to the attainment of these targets. These planned activities are to be performed in a resourcesaving manner and accompanied by indicators that enable control of the results. Constant monitoring in each step of the process is crucial to allow for adjournments and adjustments*” (CABRAL, Antonio do Passo. *New trends and perspectives on case management: Proposals on contract procedure and case assignment management*, *Peking University Law Journal*, 6:1, p. 7). Paulo Eduardo da Silva, por sua vez, pontua que “o “gerenciamento de processos” pode ser compreendido como planejamento da condução de demandas judiciais em direção à resolução mais adequada do conflito, com o menor dispêndio de tempo e custos. Depende de uma postura ativa do juiz no controle do

andamento dos feitos e organização da unidade judiciária. Seus mecanismos básicos são o envolvimento imediato do juízo com as questões da lide, a abertura para a resolução alternativa do conflito e o planejamento do andamento e dos custos do processo” (SILVA, Paulo Eduardo Alves da. *Gerenciamento de Processos Judiciais*, São Paulo, Saraiva 2010, p. 35).

⁵⁸ CABRAL, Trícia Navarro Xavier. *Case management no Brasil*. *Revista ANNEP de Direito Processual* Vol 1, No. 2, Art 24, 2020, pp. 15/24.

⁵⁹ “*Defined by one commentator, “soft law” is a set of legal “instruments of a normative nature with no legally binding force, and which are applied only through voluntary acceptance...” In other words, soft law is legal rules that are not positive law and therefore not judicially binding. (...). Many of the modern sources of soft law, though, are from instruments promulgated by prominent multinational organizations such as the United Nations Commission on International Trade Law (“UNCITRAL”) and the International Institute for the Unification of Private Law (“UNIDROIT”) and private bodies such as the International Chamber of Commerce (“ICC”)*”. GABRIEL, Henry D., *The Use of Soft Law in the Creation of*

sejam, os “Princípios do Processo Civil Transnacional”, do “*American Law Institute*” (ALI) e do Instituto para Unificação do Direito Privado (UNIDROIT), elaborados em 2004 (“*ALI/UNIDROIT Principles of Transnational Civil Procedure*”), e o Modelo de Regras Europeias de Processo Civil, aprovado em 2020 pelo “*European Law Institute*” (ELI) e pelo UNIDROIT (“*ELI/ UNIDROIT Model European Rules of Civil Procedure*”).

Esses documentos consistem em modelos de regras e princípios produzidos a partir de estudos de Direito Comparado realizados por especialistas de múltiplas nacionalidades, voltados para a harmonização e uniformização do Direito ⁶⁰. Embora não sejam vinculantes, buscam inspirar e servir de base para o aprimoramento do ordenamento jurídico de diversos países, de modo que os *standards* neles relacionados são idôneos para refletir tendências contemporâneas e boas práticas processuais verificadas no Direito Comparado.

Legal Norms in International Commercial Law: How Successful Has It Been? 40 Michigan Journal of International Law. 413 (2019).

⁶⁰ GOTTWALD, Peter. *Comparative civil procedure*, *Ritsumeikan Law Review*, n. 22, mar./2005.

⁶¹ Segundo C.H. van Rhee: “*Since the second half of the twentieth century, the case load of the courts has risen dramatically in almost all jurisdictions and is still on the rise. At the same time, many governments are unwilling to invest the necessary sums of money in the court system. Consequently, there is a risk that the quality of the administration of justice suffers under the increasing workload. As a result of the shortage of funding, the dockets of many courts are overloaded and in some countries*

O objetivo deste ensaio é averiguar como a atividade gerencial dos juízes foi concebida e desenhada nos mencionados documentos de Direito Internacional, de maneira a permitir o conhecimento e a reflexão acerca do modelo de resolução de conflitos idealizado por trabalhos voltados para a harmonização e uniformização do Direito no âmbito de uma sociedade globalizada, volátil, imediatista e complexa, que enfrenta dificuldades para administrar adequadamente seus sistemas de Justiça⁶¹.

2. O “CASE MANAGEMENT” NOS PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL TRANSNACIONAL (ALI/UNIDROIT)

Os Princípios do Processo Civil Transnacional são fruto de um projeto capitaneado por Geoffrey Hazard e Michele Taruffo que se desenvolveu a partir dos anos 90⁶².

Os Princípios foram elaborados em projeto patrocinado pelo

the backlog of cases has caused alarm.” VAN RHEE, C.H. *Judicial case management and efficiency in civil litigation*, ed. Intersentia, Antuérpia 2008, p. 1.

⁶² É interessante observar que os líderes do trabalho são oriundos de diferentes tradições jurídicas, de modo que o projeto buscou conciliar os pontos mais positivos tanto do *common law*, quanto do *civil law*: “*Hazard and Taruffo, although steeped in their respective common law and civil law traditions, were each receptive to the best features of the opposing system. The Rules are thus a fusion of what the authors think are the most attractive attributes of the two systems in the context of transnational litigation*”. HAZARD, Geoffrey C. Jr. e TARUFFO, Michele. “*Transnational Rules of*

“*American Law Institute*” (ALI), uma associação quase centenária composta, sobretudo, de advogados, juízes e professores, focada na produção de trabalhos acadêmicos destinados ao esclarecimento, modernização e melhoria do Direito. A partir do ano 2000, o projeto passou a ser conduzido em colaboração com o UNIDROIT (“*The International Institute for the Unification of Private Law*”), organização intragovernamental independente, composta de mais de 60 países, cujo objetivo é realizar pesquisas e reflexões voltadas para a harmonização e uniformização do Direito Privado, especialmente através da elaboração de instrumentos jurídicos, como princípios e leis-modelo.

O texto dos Princípios do Processo Civil Transnacional foi aprovado em 2004 na 83ª sessão do Conselho de Governo do UNIDROIT e no 81º encontro anual do “*American Law Institute*” (ALI).

O trabalho tem como finalidade harmonizar e uniformizar regras processuais de diversos ordenamentos jurídicos para criar mais segurança e previsibilidade no tratamento dos litígios transnacionais, onde ao menos uma das partes acaba litigando em foro pouco usual e regido por regras próprias e, em geral, desconhecidas⁶³.

As regras⁶⁴ foram planejadas com a ambição de que pudessem ser incorporadas aos ordenamentos jurídicos internos para que fossem aplicadas, pelo princípio da especialidade, aos conflitos

Civil Procedure Rules and Commentary,” Cornell International Law Journal: Vol. 30: Iss. 2, Article 6 (1997).

⁶³ Nas palavras de Antonio Gidi, “A necessidade de uniformização das normas processuais se faz sentir já há algum tempo, principalmente para o advogado habituado a operar em causas de natureza transnacional. Essa necessidade é acentuada pelo fato de que, até o momento, as tentativas de harmonização do direito tem-se limitado quase exclusivamente a matérias de conteúdo substancial. As poucas convenções internacionais na área do direito processual limitam-se a estimular a assistência jurídica entre os países, principalmente no que se refere a citação e a tomada de provas em outro país e ao reconhecimento e execução de sentenças estrangeiras. O procedimento propriamente dito continua sendo regulado pelo direito processual de cada país. As Normas Transnacionais visam a uniformizar ou harmonizar as normas processuais atualmente existentes nos diversos países, no que refere as controvérsias transnacionais. O seu principal

objetivo é reduzir as incertezas e ansiedades do estrangeiro que se vê abrigado a litigar em um foro pouco familiar, através de leis processuais que desconhece. Sua introdução nos sistemas jurídicos dos diversos Estados tanto pode ser feita através de tratado internacional, como através da promulgação de lei nacional.” GIDI, Antonio. Apresentação ao Projeto às Normas Transnacionais de Processo Civil. *Revista de la facultad de derecho de la Pontificia Universidad Católica del Perú*, n. 52, p. 595.

⁶⁴ Vale ressaltar que “A dificuldade de consenso entre a comunidade acadêmica fez com o projeto inicial de harmonização se ativesse à recopilação de princípios gerais e não mais de regras do processo civil transnacional”. MOSCHEN, Valesca Raizer Borges e BARBOSA, Luiza Nogueira. O Processo Civil Internacional no CPC/2015 e os Princípios Ali/Unidroit do Processo Civil Transnacional: uma análise de consonância da harmonização processual. *Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP*. Rio de Janeiro. Ano 12. Volume 19. Número 2. Maio a Agosto de 2018, pp. 207/208.

transnacionais. No entanto, independentemente de uma eventual incorporação pelos ordenamentos domésticos, a edição dos Princípios do Processo Civil Transnacional cumpre uma importante missão acadêmica. Por consistir num corpo harmônico e sistemático de enunciados que reúne os aspectos mais vantajosos de diferentes escolas jurídicas, o trabalho coordenado pelo ALI/UNIDROIT serve de importante marco referencial para a comparação, investigação e ponderação acerca das questões que podem ser aprimoradas ou modernizadas nos ordenamentos jurídicos internos dos países⁶⁵. Essa função de referencial acadêmico desempenhada pelos Princípios do Processo Civil Transnacional não fica restrita aos litígios transnacionais, sendo extensível a todos os modelos de processamento e resolução das demandas no âmbito do Poder Judiciário, como consignado logo na primeira disposição dos Princípios do Processo Civil Transnacional⁶⁶.

Feita essa apresentação acerca dos Princípios do Processo Civil Transnacional, passamos a examinar as disposições afetas à temática trabalhada neste artigo, qual seja, o “*case management*”.

Dos trinta e um princípios listados no documento, um é integralmente dedicado à disciplina do

gerenciamento processual pelo juiz. O princípio nº 14 dispõe o seguinte:

“14. Court Responsibility for Direction of the Proceeding

14.1 Commencing as early as practicable, the court should actively manage the proceeding, exercising discretion to achieve disposition of the dispute fairly, efficiently, and with reasonable speed. Consideration should be given to the transnational character of the dispute.

14.2 To the extent reasonably practicable, the court should manage the proceeding in consultation with the parties.

14.3 The court should determine the order in which issues are to be resolved, and fix a timetable for all stages of the proceeding, including dates and deadlines. The court may revise such directions.”

Os Princípios do Processo Civil Transnacional expressamente estabelecem, no item 14.1, que o juiz é responsável por gerenciar o processo, e que esse gerenciamento deve começar o quanto antes. Ademais, o enunciado demonstra que o gerenciamento processual demanda uma postura ativa do juiz, ao qual é

⁶⁵ HAZARD, Geoffrey C. Jr., e TARUFFO, Michele. “*Transnational Rules of Civil Procedure Rules and Commentary*,” *Cornell International Law Journal*: Vol. 30 (1997): Iss. 2, Article 6, pp. 494/494.

⁶⁶ “*Scope and Implementation: These Principles are standards for adjudication of*

transnational commercial disputes. These Principles may be equally appropriate for the resolution of most other kinds of civil disputes and may be the basis for future initiatives in reforming civil procedure.”

conferido certo grau de discricionariedade para conduzir o processo em direção à solução justa, eficiente e rápida do conflito.

O item 14.1 ainda menciona a necessidade de se observar as peculiaridades decorrentes do caráter transnacional da disputa, o que é natural, uma vez que os princípios são voltados para reger esse tipo de litígio. Entretanto, ampliando-se o escopo de incidência dos Princípios do Processo Civil Transnacional, dado ao seu papel de referencial acadêmico, tal passagem deve ser interpretada no sentido de que os poderes de gerenciamento devem permitir a adaptação do procedimento aos contornos e à natureza do caso concreto, permitindo que o processo seja um instrumento adequado à tutela dos direitos nele debatidos.

No item 14.2, os Princípios do Processo Civil Transnacional enaltecem a importância da colaboração entre o juiz e as partes no tocante aos rumos da marcha processual. Essa colaboração vai além da simples observância do contraditório formal na tomada das decisões gerenciais, impondo ao magistrado um dever de, via de regra, consultar as partes e abrir espaço para que efetivamente possam influenciar no planejamento da marcha processual, mesmo porque é delas o interesse direto na resolução da controvérsia.

O princípio 14.3 prescreve que o juiz deve estabelecer a ordem na qual as questões serão resolvidas e fixar datas e prazos para as etapas do processo, podendo rever essas determinações, caso seja necessário. Essas disposições, embora aparentemente burocráticas, representam importante forma de gerenciamento processual. A ordem de solução dos impasses pode facilitar a formulação de acordos, além de evitar o gasto de energia com questões que podem ficar prejudicadas a depender do encaminhamento dado a um impasse anterior. De outro lado, a calendarização dificulta que o processo seja manipulado com fins procrastinatórios, imprimindo celeridade e efetividade à marcha processual.

A disciplina do “*case management*” nos Princípios do Processo Civil Transnacional é sucinta, dada a própria natureza do documento, que não se propõe a esmiuçar regras de procedimento. De toda forma, disposições ligadas ao “*case management*” não se esgotam no item 14 dos Princípios do Processo Civil Transnacional, mas podem ser encontradas em outras passagens do documento.

Duas das finalidades do gerenciamento processual, quais sejam, a decisão da disputa em tempo razoável e a cooperação das partes com a prestação jurisdicional, estão previstas no item 7⁶⁷.

⁶⁷ “7. *Prompt Rendition of Justice*
7.1 *The court should resolve the dispute within a reasonable time.*

7.2 *The parties have a duty to cooperate and a right of reasonable consultation concerning scheduling. Procedural rules and court orders may prescribe reasonable time schedules and*

O princípio 9 promove uma estruturação das fases do processo, enumerando uma série de deveres gerenciais do juiz, sobretudo na fase intermediária, na qual o processo é saneado⁶⁸. Nos comentários ao dispositivo⁶⁹, os autores do projeto ressaltam que a estrutura das fases do processo deve ser aplicada com flexibilidade, levando em consideração a natureza de cada litígio, o que evidencia que o juiz é dotado de poderes para customizar o processo e adaptá-lo conforme as necessidades de cada caso.

No item 11, os Princípios do Processo Civil Transnacional preveem o dever dos advogados e das partes de agirem conforme a boa-fé, bem como

deadlines and impose sanctions on the parties or their lawyers for noncompliance with such rules and orders that is not excused by good reason.”

⁶⁸ 9. Structure of the Proceedings

9.1 A proceeding ordinarily should consist of three phases: the pleading phase, the interim phase, and the final phase.

9.2 In the pleading phase the parties must present their claims, defenses, and other contentions in writing, and identify their principal evidence.

9.3 In the interim phase the court should if necessary:

9.3.1 Hold conferences to organize the proceeding;

9.3.2 Establish the schedule outlining the progress of the proceeding;

9.3.3 Address the matters appropriate for early attention, such as questions of jurisdiction, provisional measures, and statute of limitations (prescription);

9.3.4 Address availability, admission, disclosure, and exchange of evidence;

9.3.5 Identify potentially dispositive issues for early determination of all or part of the dispute; and

9.3.6 Order the taking of evidence.

compartilha com as partes a responsabilidade, acometida também ao juiz, de promover um processo rápido, justo e eficiente⁷⁰. Em complemento, o item 17 prevê as sanções que podem ser aplicadas pelo juiz às partes, advogados e terceiros que faltarem com o dever de cooperação com a Justiça.

O princípio 12, ao tratar dos processos envolvendo múltiplas partes, prevê que o juiz tem poderes para separar demandas, questões ou partes, ou ainda para determinar a reunião de processos, no intuito de promover uma administração da Justiça mais adequada e eficiente⁷¹.

O ideal de fomento da cultura do acordo e promoção, pelo juiz, dos

9.4 In the final phase evidence not already received by the court according to Principle 9.3.6 ordinarily should be presented in a concentrated final hearing at which the parties should also make their concluding arguments.

⁶⁹ Comment: P-9A The concept of “structure” of a proceeding should be applied flexibly, according to the nature of the particular case. For example, if convenient a judge would have discretion to hold a conference in the pleading phase and to hold multiple conferences as the case progresses.

⁷⁰ 11. Obligations of the Parties and Lawyers

11.1 The parties and their lawyers must conduct themselves in good faith in dealing with the court and other parties.

11.2 The parties share with the court the responsibility to promote a fair, efficient, and reasonably speedy resolution of the proceeding. The parties must refrain from procedural abuse, such as interference with witnesses or destruction of evidence.

⁷¹ 12.5 The court may order separation of claims, issues, or parties, or consolidation with other proceedings, for fair or more efficient management and determination or in the interest of justice.

métodos adequados de solução dos conflitos, encontra guarida no item 24 dos Princípios do Processo Civil Transnacional, estando o magistrado autorizado, inclusive, a ajustar a distribuição das despesas processuais para desestimular comportamentos não cooperativos ou atentatórios à boa-fé no âmbito das tratativas de autocomposição⁷².

A atividade de gerenciamento processual na fase de execução não é tratada nos Princípios de Direito Processual Transnacional, o qual contém uma única disposição a respeito do tema, dotada de caráter generalíssimo⁷³. De fato, os Princípios do Processo Civil Transnacional não tiveram o escopo de disciplinar a fase executória, a qual será objeto de outro trabalho específico do UNIDROIT⁷⁴.

Os Princípios do Processo Civil Transnacional aprovados pelo ALI e pelo UNIDROIT são acompanhados de um anexo, denominado “Regras do Processo Civil Transnacional”. Estas

Regras não foram formalmente adotadas pelo ALI ou pelo UNIDROIT, mas consistem num modelo de concretização dos Princípios do Processo Civil Transnacional elaborado pelos próprios “Reporters” que trabalharam na edição dos Princípios.

No que interessa ao presente artigo, as Regras do Processo Civil Transnacional trazem, no capítulo E (“*General Authority of the Court*”), previsões específicas acerca do “*case management*”, conforme se observa do item 18:

18. Case Management

18.1 *The court should assume active management of the proceeding in all stages of the litigation. Consideration should be given to the transnational character of the dispute.*

18.2 *The court should order a planning conference early in*

⁷² 24. Settlement

24.1 *The court, while respecting the parties’ opportunity to pursue litigation, should encourage settlement between the parties when reasonably possible.*

24.2 *The court should facilitate parties’ participation in alternative-dispute-resolution processes at any stage of the proceeding.*

24.3 *The parties, both before and after commencement of litigation, should cooperate in reasonable settlement endeavors. The court may adjust its award of costs to reflect unreasonable failure to cooperate or bad-faith participation in settlement endeavors.*

⁷³ 29. Effective Enforcement

Procedures should be available for speedy and effective enforcement of judgments, including money awards, costs, injunctions, and provisional measures.

Comment: P-29A Many legal systems have archaic and inefficient procedures for enforcement of judgments. From the viewpoint of litigants, particularly the winning party, effective enforcement is an essential element of justice. However, the topic of enforcement procedures is beyond the scope of these Principles.

⁷⁴ Conforme informações obtidas no site do UNIDROIT, foi prevista a criação de um grupo de trabalho para a elaboração dos Princípios Transnacionais da Execução Efetiva. Foi realizado estudo preliminar de viabilidade, no qual ficou consignado que o projeto somente começaria a ser implementado após a preparação das Regras-Modelo de Processo Civil Europeu, aprovadas apenas no segundo semestre de 2020.

the proceeding and may schedule other conferences thereafter. A lawyer for each of the parties and an unrepresented party must attend such conferences and other persons may be ordered to do so.

18.3 In giving direction to the proceeding, the court, after discussion with the parties, may:

18.3.1 Suggest amendment of the pleadings for the addition, elimination, or revision of claims, defenses, and issues in light of the parties' contentions at that stage;

18.3.2 Order the separation for a preliminary or separate hearing and decision of one or more issues in the case and enter an interlocutory judgment addressing such issues and their relation to the remainder of the case;

18.3.3 Order the separation or consolidation of cases pending before itself, whether those cases proceed under these Rules or those of the forum, when doing so may facilitate the proceeding and decision;

18.3.4 Make decisions concerning admissibility and exclusion of evidence; the sequence, dates, and times of hearing evidence; and other matters to simplify or expedite the proceeding; and

18.3.5 Order any person subject to the court's authority to produce documents or other

evidence, or to submit to deposition as provided in Rule 23.

18.4 To facilitate efficient determination of a dispute, the first-instance court may take evidence at another location or delegate taking of evidence to another court of the forum state or of another state or to a judicial officer specially appointed for the purpose.

18.5 The court may at any time suggest that the parties consider settlement, mediation, or arbitration or any other form of alternative dispute resolution. If requested by all parties, the court must stay the proceeding while the parties explore those alternatives.

18.6 In conducting the proceeding the court may use any means of communication, including telecommunication devices such as video or audio transmission.

18.7 Time limits for complying with procedural obligations should begin to run from the date of notice to the party having the obligation.

Parte relevante do conteúdo das regras acima transcritas foi tangenciada pelos comentários feitos aos "Princípios". No entanto, ainda existem alguns aspectos que devem ser realçados.

A regra 18.1 complementa o princípio 14.1, citado nas linhas anteriores, para esclarecer que o "case

management” não apenas deve ser exercido o mais cedo possível, como também deve ocorrer durante todas as etapas do processo.

As regras 18.2 a 18.4 conferem ao juiz diversas possibilidades de organizar, conduzir e dirigir o processo. Essas possibilidades podem ser exercidas discricionariamente pelo magistrado, tendo em vista a necessidade de adaptar e adequar as diretrizes do processamento do feito à natureza e às exigências de cada litígio. Nessa linha, no comentário R-18A os “Reportes” consignam que “*The court has wide discretion in deciding how to conclude the interim phase, and in determining how to provide for the following final phase of the proceedings*”⁷⁵.

Algumas técnicas de gerenciamento previstas nas regras acima mencionadas merecem um destaque adicional. A regra 18.3.1 permite que o juiz interfira diretamente no conteúdo da postulação ou da defesa, sugerindo emendas para adicionar, eliminar ou revisar postulações. Ainda que essa intervenção judicial tenha caráter meramente sugestivo, ficando a alteração das postulações a critério das partes, ela revela que para melhor gerenciar o conflito o juiz pode até mesmo interferir na definição das questões controvertidas submetidas à sua apreciação. Essa intervenção no conteúdo das postulações não

configura uma “intromissão judicial” indevida na liberdade de as partes demandarem, se defenderem e traçarem suas estratégias. Ao contrário, ela permite que o magistrado assuma um papel colaborativo auxiliando as partes na identificação dos pontos que realmente importam para a resolução do conflito, de maneira a tornar a discussão menos complexa e mais focada naquilo que de fato é relevante.

A regra 18.3.3 contempla a possibilidade de reunião ou separação de processos perante o juiz como técnica de facilitação do processamento e da decisão dos casos. Trata-se de uma ferramenta que auxilia tanto o gerenciamento do processo individual quanto a administração de todo o acervo de casos distribuídos a uma unidade jurisdicional, evidenciando que a eficiência deve ser buscada nas perspectivas micro e macro processual.

A atuação do juiz como gestor da instrução probatória está prevista na regra 18.3.4. É importante observar que o dispositivo faz alusão não somente aos poderes formais de gerenciamento, tais como a definição das datas e da sequência em que será realizada a atividade probatória, mas também aos poderes substanciais, como as decisões concernentes à admissibilidade e à pertinência das provas. Assim, fica nítido que o “case

⁷⁵ UNIDROIT 2005 – Study LXXVI – Doc. 13 - ALI/UNIDROIT Principles of Transnational Civil Procedure - Appendix: Rules of Transnational Civil Procedure (A Reporters’ Study), p. 49, disponível em

<https://www.unidroit.org/english/documents/2005/study76/s-76-13-e.pdf>, acesso em 04/01/2020.

management” também se desenvolve no campo material, pois certas decisões gerenciais podem repercutir diretamente nos direitos e ônus das partes, como sói ocorrer na seara probatória.

A regra 18.5 reforça o dever de o magistrado fomentar a autocomposição do conflito e o emprego dos métodos adequados de solução de controvérsias. Entretanto, essa atividade de propagação da cultura do consenso não pode representar uma negação ao perfil clássico da jurisdição contenciosa. Diante das crescentes pressões para se assegurar a eficiência através da disposição de casos, os juízes podem se sentir estimulados a abandonar a trabalhosa função adjudicatória e substituí-la pela busca incessante de solucionar o litígio através de autocomposição, mesmo quando esta não se mostre adequada ao caso concreto⁷⁶. Para contornar esse risco, a regra 18.5 previu que as partes podem demandar que o processo não seja suspenso pelas tratativas negociais. Além disso, o estímulo ao consenso não pode se transformar numa “autocomposição obrigatória”. Como destacado no comentário R-18F, “*This Rule authorizes the court to encourage*

discussion between the parties, but not to exercise coercion”⁷⁷.

Apresentado todo esse panorama, verifica-se que os Princípios do Processo Civil Transnacional elaborados pelo ALI/UNIDROIT, mesmo que dotados de caráter generalista e enumerados em poucos e curtos dispositivos, conferem grande destaque para o gerenciamento dos processos pelos juízes, sobretudo na fase de conhecimento. As Regras do Processo Civil Transnacional, por sua vez, conquanto reflitam apenas o pensamento dos “*Reportes*” acerca do modo de implementação dos “Princípios”, reforçam que o juiz deve gerenciar o processo com ampla discricionariedade, adotando as medidas que sejam mais adequadas para o caso concreto.

Nesse contexto, observa-se que aos magistrados foi outorgado um papel ativo e de destaque na direção e organização do processo, com a responsabilidade de conduzi-lo para o alcance eficiente das suas finalidades. Além disso, foi acentuado o papel do juiz como baluarte da cooperação processual entre os litigantes, evitando e reprimindo abusos e fomentando a utilização de métodos adequados de solução dos conflitos, o que vai ao

⁷⁶ Segundo Judith Resnik, “*judges with supervisory obligations may gain stakes in the cases they manage. Their prestige may ride on “efficient” management, as calculated by the speed and number of dispositions. Competition and peer pressure may tempt judges to rush litigants because of reasons unrelated to the merits of disputes.*” RESNIK, Judith. “*Managerial Judges*”, 96 *Harvard Law Review* 376 (1982-1983), p. 427.

⁷⁷ UNIDROIT 2005 – Study LXXVI – Doc. 13 - ALI/UNIDROIT Principles of Transnational Civil Procedure - Appendix: Rules of Transnational Civil Procedure (A Reporters’ Study), p. 50, disponível em <https://www.unidroit.org/english/documents/2005/study76/s-76-13-e.pdf>, acesso em 04/01/2020.

encontro dos objetivos do “case management”.

3. O “CASE MANAGEMENT” NO MODELO DE REGRAS EUROPEIAS DO PROCESSO CIVIL (ELI/UNIDROIT)

Quase dez anos após a aprovação dos Princípios do Processo Civil Transnacional (ALI/UNIDROIT), foram iniciados os trabalhos para a criação das Regras Europeias de Processo Civil. Em 2013, o “*European Law Institute*” (ELI) e o UNIDROIT se reuniram com o propósito de desenvolver e adaptar os Princípios do Processo Civil Transnacional para a realidade europeia, criando, assim, um conjunto de regras-modelo para estimular a coerência e harmonia do sistema processual daquele continente.

Após sete anos de pesquisas, debates e encontros, o Modelo de Regras Europeias de Direito Processual Civil foi aprovado em 2020 pelo ELI e pelo UNIDROIT. Tal como os Princípios de Processo Civil Transnacional, as Regras-modelo representam um documento de “*soft law*” produzido a partir de estudos de Direito Comparado, tendo o escopo de inspirar reformas legislativas voltadas para a modernização e uniformização dos ordenamentos processuais europeus. Além de densificar os Princípios do Processo Civil Transnacional e adaptá-los à realidade

europeia, o projeto buscou reunir as melhores regras processuais aplicadas naquele continente no intuito de criar um modelo capaz de alcançar justiça, rapidez, eficiência e proporcionalidade nos julgamentos⁷⁸.

O Modelo das Regras Europeias de Processo Civil é mais extenso e detalhado do que os Princípios do Processo Civil Transnacional, o que se justifica pelos diferentes propósitos dos projetos. Com efeito, os Princípios do Processo Civil Transnacional (ALI/UNIDROIT) foram editados para um tipo específico de litígio (conflitos transnacionais), e as suas disposições almejam inspirar sistemas jurídicos de todo o mundo. Em razão da limitação temática e da necessidade de harmonização das mais distintas culturas jurídicas, é natural que as prescrições dos Princípios do Processo Civil Transnacional (ALI/UNIDROIT) se apresentem em menor número, sejam mais enxutas e abstratas, quando comparadas com as contidas nas Regras-modelo Europeias (ELI/UNIDROIT). Estas, positivamente, disciplinam uma espécie de litigância muito mais ampla, envolvendo tanto conflitos domésticos quanto transnacionais, e são voltadas, primordialmente, para a harmonização e unificação de ordenamentos processuais de países integrantes de um mesmo bloco econômico. A maior proximidade político-ideológica entre os Estados que são destinatários imediatos das Regras e a amplitude do

⁷⁸ VAN RHEE, C.H., *Towards Harmonised European Rules of Civil Procedure: Obligations of the Judge, the Parties and their Lawyers*

(2020), 1(6) *Access to Justice in Eastern Europe*, p. 8.

conteúdo abordado culminou com a edição de um regramento mais abrangente, detalhado e, por conseguinte, extenso.

Foram editadas duzentas e quarenta e cinco regras-modelo. O “*case management*” foi explorado, com acentuado destaque, em várias partes do documento, as quais passamos a explorar.

A primeira parte do Modelo das Regras Europeias do Direito Processual versa sobre as disposições gerais, estando repleta de princípios norteadores do gerenciamento processual.

A Regra 2⁷⁹ estabelece um dever geral de cooperação atribuído às partes, aos advogados e aos juízes, os quais devem promover a resolução da disputa de forma “justa, eficiente e rápida” (*fair, efficient and speedy*). Esse dispositivo deve ser lido em conjunto com as regras 5⁸⁰ e 6⁸¹, que contemplam o dever de todos os atores processuais buscarem uma prestação jurisdicional “proporcional” (“*proportionate*”) ao conflito. A respeito das concepções de “*fair, efficient, speedy*” e “*proportionate*”, C.H. van Rhee leciona o seguinte:

“A precise definition of this terminology is hard to provide and may, in any event, even be

dangerous. The terminology is flexible and should be interpreted in light of modern procedural standards. It should be read in the light of the procedural model that is envisaged by these rules. (1) ‘Fair’ includes the observance of modern procedural principles such as the duty of the parties to cooperate with each other and the court and the avoidance of manifestly ill-founded proceedings or the abuse of procedural rules for illegitimate purposes, (2) ‘efficient’ refers, amongst other things, to the use of resources in the least wasteful manner, (3) ‘speedy’ includes a time-frame which is reasonable, given the nature, value and complexity of the case whereas (4) ‘proportionate’ to a certain extent covers similar grounds as the terminology ‘efficient’ and ‘speedy’ taken together. ‘Proportionate’ is added in order to emphasise that different types of cases may require different use of resources and time. The obligations mentioned under (a)-(d) are four important

⁷⁹ Rule 2. General: Parties, their lawyers and the court must co-operate to promote the fair, efficient and speedy resolution of the dispute.

⁸⁰ Rule 5. Role of the Court:

(1) The court must ensure that the dispute resolution process is proportionate.

(2) In determining whether a process is proportionate the court must take account of the nature, importance and complexity of the

particular case and of the need to give effect to its general management duty in all proceedings with due regard for the proper administration of justice.

⁸¹ Rule 6. Role of the parties and their lawyers: Parties and their lawyers must co-operate with the court to promote a proportionate dispute resolution process.

*obligations, which result from the duty of the parties mentioned in this rule. Where the rules do not address the particular obligations of the parties, the requested procedural behaviour should be such that the fair, efficient, speedy and proportionate resolution of the dispute is promoted.*⁸²

Justiça, efetividade e celeridade, embora sejam termos polissêmicos, representam conceitos usualmente empregados no estudo da jurisdição e das finalidades do processo. A proporcionalidade, por sua vez, não costuma ser explorada na seara processual, ao menos ao lado dos demais conceitos antes mencionados. No entanto, ela está presente em vários campos do Direito, sobretudo após o advento do neoconstitucionalismo, e envolve uma análise a respeito da adequação (cotejo entre o fim perseguido e os instrumentos utilizados), da necessidade (aferição da possibilidade de se atingir o resultado pretendido sem as medidas escolhidas, ou mediante outras medidas menos gravosas) e da proporcionalidade em sentido estrito (exame do custo-benefício das medidas adotadas)⁸³.

A estipulação de que o processo deve ser “proporcional”, dessa maneira, reforça a ideia de que os

sujeitos devem cooperar para que o processo seja conduzido de forma adequada às exigências específicas do conflito, sem demandar o consumo de tempo, energia e dinheiro das partes além do necessário.

Regra 5(2) ainda prescreve que “*In determining whether a process is proportionate the court must take account of the nature, importance and complexity of the particular case and of the need to give effect to its general management duty in all proceedings with due regard for the proper administration of justice*”. Isso significa que os atores processuais devem cooperar não apenas para que o processo individual seja proporcional no sentido micro, mas também para que ele atenda aos ditames da boa administração da Justiça, numa perspectiva macro. É dizer: uma causa não pode obstruir desnecessariamente o fluxo ordinário dos processos de um determinado Juízo, circunstância que impediria o acesso a uma justiça eficiente por diversos outros litigantes. Essa concepção decorre da ideia de que a Justiça é um “recurso comum” colocado à disposição da sociedade, não podendo ser apropriado com exclusividade por determinados sujeitos. Dessa forma, é dever de todos zelar pela boa administração da Justiça, fazendo uso proporcional das energias do Poder Judiciário.

⁸² VAN RHEE, C.H.. *Towards Harmonised European Rules of Civil Procedure: Obligations of the Judge, the Parties and their Lawyers'* (2020), 1(6) *Access to Justice in Eastern Europe*, p. 12.

⁸³ BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*, 2ª edição, São Paulo: Saraiva 2010, p. 306.

Seguindo no caminho da cooperação, a Regra 3⁸⁴ concretiza algumas acepções deste dever imposto aos litigantes e seus advogados, estabelecendo que eles devem adotar medidas razoáveis na busca pela autocomposição, assistir ao juiz na determinação dos fatos e da legislação aplicável, observar a boa-fé, não praticar abuso processual e, em especial, devem contribuir para o adequado gerenciamento do processo. Portanto, o Modelo das Regras Europeias de Processo Civil coloca as partes e seus advogados como corresponsáveis pelo “*case management*”, exigindo que eles participem e colaborem ativamente com a gestão processual.

Da atribuição de corresponsabilidade às partes e advogados pelo “*case management*” emergem duas proposições: a primeira é no sentido de que as partes têm o *direito* de participar ativamente do gerenciamento do processo, sendo ouvidas, se manifestando, propondo e influenciando os rumos da marcha processual. Dessa forma, o juiz não pode exercer seus poderes gerenciais de forma isolada, sem considerar as posições das partes e advogados. A segunda proposição consiste no *dever* de as partes e advogados colaborarem

com a boa gestão do processo. Isso significa que elas não podem impor suas estratégias de forma livre e desimpedida, desvinculada das finalidades do processo e da boa administração da Justiça. Assim, ficam vedadas condutas e táticas incompatíveis com ideal de promoção de um processo justo, efetivo, rápido e proporcional.

Apesar de a Regra 3 consignar que as partes e advogados também são personagens ativos no gerenciamento do processo, a Regra 4 deixa claro que, em última instância, cabe ao juiz o exercício dos “*management powers*”⁸⁵.

Observe-se que um dos aspectos centrais do gerenciamento processual a ser exercido pelos juízes consiste em monitorar o cumprimento dos deveres de cooperação pelas partes e advogados. Estes têm o direito e o dever de contribuir para a atividade gerencial, mas, ao fim e ao cabo, seus comportamentos serão controlados e supervisionados pelo juiz, que deverá impedir que a busca pela satisfação dos interesses das partes se sobreponha ao interesse público de assegurar um sistema de justiça eficiente.

Ainda na parte geral, mas agora tratando da cooperação direcionada à

⁸⁴ Rule 3. Role of the parties and their lawyers: Parties and their lawyers must: (a) take reasonable and appropriate steps to settle disputes amicably; (b) contribute to the proper management of the proceedings; (c) present facts and evidence; (d) assist the court in the determination of the facts and the applicable law; (e) act in good faith and avoid procedural abuse when dealing with the court and other parties.

⁸⁵ Rule 4. Role of the Court – the General Case Management Duty: The court is responsible for active and effective case management. The court must ensure that parties enjoy equal treatment. Throughout proceedings it shall monitor whether parties and their lawyers comply with their responsibilities under these Rules.

consensualidade, a Regra 9⁸⁶ estabelece que as partes e seus advogados devem cooperar na busca pelo acordo, ao passo que o juiz, conforme previsto na Regra 10⁸⁷, deve facilitar a autocomposição em qualquer fase do processo. Na realidade, mais do que simplesmente facilitar, o juiz deve difundir a cultura do acordo, informando e encaminhando as partes para mecanismos de solução adequada do conflito, ou até mesmo participando nas tratativas de negociação.

A atuação judicial para incentivar o acordo pode se dar de diversas maneiras. O juiz pode convocar as partes pessoalmente para o debate, emitir orientações, advertir quanto aos riscos e custos do prolongamento do processo, dentre tantas outras medidas. A própria forma

de organização e planejamento do processo pode fomentar a consensualidade, cabendo ao juiz identificar questões que potencial ou efetivamente emperram a autocomposição para, então, conduzir o procedimento no sentido de contorná-las ou superá-las.

Entretanto, a atuação proativa do juiz na busca pela autocomposição pode colocar em xeque a sua imparcialidade. O juiz, ao participar ativamente das tratativas de acordo, pode perceber que determinadas posturas negociais são adotadas segundo as expectativas de êxito na demanda, ou mesmo ter acesso a informações não filtradas pelas regras probatórias, sendo certo que tais fatores são suscetíveis de influenciar a sua convicção a respeito do direito em disputa⁸⁸. Para contornar os problemas

⁸⁶ C. Settlement: Rule 9. Role of the parties and their lawyers:

(1) Parties must co-operate in seeking to resolve their dispute consensually, both before and after proceedings begin.

(2) Lawyers must inform the parties about the availability of consensual dispute resolution methods, assist them in selecting the most suitable method, and, where appropriate, encourage its use. They must ensure that they use any mandatory method.

(3) Parties may ask the court to render a settlement agreement enforceable.

(4) When a consensual settlement as a whole cannot be reached, parties must take all reasonable opportunities to reduce the number of contested issues prior to adjudication.

⁸⁷ Rule 10. Role of the Court

(1) The court must facilitate settlement at any stage of the proceedings. Particularly, it must ensure that the parties consider settlement in the preparatory stage of proceedings and at case management conferences. If necessary

for furthering the settlement process, it may order the parties to appear before it in person.

(2) The court must inform the parties about the availability of different types of settlement methods. It may suggest or recommend the use of specific consensual dispute resolution methods.

(3) The court may participate in settlement attempts and assist the parties in reaching a consensual resolution. It may also assist in drafting settlement agreements.

(4) Where a judge mediates during a settlement process and receives information in the absence of one of the parties, that judge must not decide the case.

⁸⁸ “The extensive information that judges receive during pretrial conferences has not been filtered by the rules of evidence. Some of this information is received *ex parte*, a process that deprives the opposing party of the opportunity to contest the validity of information received. Moreover, judges are in close contact with attorneys during the course of management. Such interactions may

afetos à imparcialidade do julgador, a Regra 9(4) prevê a seguinte hipótese de impedimento: *“Where a judge mediates during a settlement process and receives information in the absence of one of the parties, that judge must not decide the case”*.

Ultrapassando a parte geral, observamos que o Modelo das Regras Europeias de Processo Civil traz um capítulo específico destinado à disciplina do *“case management”*. Este capítulo (*“Part III”*) é composto de quatro regras, que, dada a sua relevância, são integralmente transcritas a seguir:

PART III – CASE MANAGEMENT

Rule 47. Careful Conduct of litigation by the Parties

Parties must present their claims, defences, factual allegations and offers of evidence as early and completely as possible and as appropriate to the careful conduct of litigation in order to secure procedural expedition.

Rule 48. Court control of proceedings

At all stages of the proceedings the court must monitor whether parties and their lawyers comply with Rule 47 and any order made under Rule 49.

Rule 49. Means of Case management

Where necessary for the proper management of

proceedings, the court shall, in particular:

(1) encourage parties to take active steps to settle their dispute or parts of their dispute and, where appropriate, to use alternative dispute resolution methods;

(2) schedule case management conferences;

(3) determine the type and the form of the procedure;

(4) set a timetable or procedural calendar with deadlines for procedural steps to be taken by parties and/or their lawyers;

(5) limit the number and length of future submissions;

(6) determine the order in which issues should be tried and whether proceedings should be consolidated or separated;

(7) determine the separation of questions concerning jurisdiction, provisional measures and statutes of limitation for early decision upon special hearings;

(8) consider necessary amendments regarding the parties’ proper representation, the consequences of changes related to the parties to litigation and the participation of third parties, intervenors, or other persons;

become occasions for the development of intense feelings - admiration, friendship, or antipathy. Therefore, management becomes a

fertile field for the growth of personal bias.”
RESNIK, Judith, *“Managerial Judges”*, 96 *Harvard Law Review* 376 (1982-1983), p. 427.

(9) *consider amendments to the pleadings or offers of evidence in the light of the parties' contentions;*

(10) *require a party's appearance in person or require a party's representative, who should be fully informed of all matters relevant to the proceedings, to be present at a court hearing;*

(11) *address the availability, admissibility, form, disclosure and exchange of evidence and, if adequate to the state of proceedings,*

(a) *determine the admissibility of evidence;*

(b) *order the taking of evidence.*

Rule 50. Case Management Orders

(1) *The court may make any case management order on its own motion or on application of a party. When orders or decisions are made without prior consultation with the parties or on a without-notice (ex parte) basis, parties not previously heard may apply for the order or decision to be reconsidered at a hearing or on the basis of written submissions.*

(2) *If the parties agree on a case management measure the court shall not determine differently without good reason.*

(3) *The court may vary or revoke any case management*

order upon a party's or its own motion.

A Regra 47 concretiza o dever de as partes e seus advogados contribuírem para o adequado gerenciamento do processo, conforme previsto nas Regras 2 e, especialmente, 3(b). As partes devem apresentar suas alegações e provas no tempo e modo adequados para evitar a prática de atos processuais inúteis e imprimir celeridade à marcha processual. Positivamente, um processo que não conte com a cooperação das partes e advogados dificilmente terá condições de ser justo, célere, efetivo e proporcional.

A Regra 48, por sua vez, reforça o dever de o juiz supervisionar, durante todas as fases do processo, o cumprimento do dever de cooperação pelas partes e advogados, considerando a importância da cooperação para a adequada tramitação e gestão do processo.

Os meios de gerenciamento processual são expostos na Regra 49, a qual materializa a previsão geral de “*case management*” contida na Regra 4.

O dispositivo enumera uma série de poderes e deveres atribuídos ao juiz para que este promova a adequada condução do litígio, destacando-se a obrigação de estimular a solução consensual do conflito, a possibilidade de designação de audiências, de convocação das partes, a determinação do tipo e da forma do procedimento, a calendarização das etapas processuais, a determinação de

aglutinação ou separação de processos, a ordenação das questões a serem apreciadas e a deliberação acerca da admissibilidade e sequencialidade da prova.

O leque de poderes e faculdades colocados à disposição do juiz para o gerenciamento do processo é amplo e diversificado. O que mais chama a atenção nesse dispositivo é a técnica legislativa de enumeração – para nós, exemplificativa – das possibilidades de atuação do juiz enquanto “*case manager*”. Entendemos que a regra geral de gerenciamento processual e a maleabilidade do procedimento bastariam para permitir que as posturas acima enumeradas fossem colocadas em prática pelos magistrados, independentemente da tipificação efetivada na Regra 49. Dessa forma, a opção legislativa de indicação das possibilidades de atuação tem o claro propósito de fomentar o exercício da atividade gerencial, conscientizando os juízes

acerca de seus deveres e objetivos na condução do processo e estimulando-os a adotar posturas gerenciais⁸⁹.

A Regra 50 prescreve que as decisões a respeito do gerenciamento do processo podem ser tomadas ou revistas de ofício ou a requerimento das partes. Além disso, em complemento à Regra 3(b), a Regra 50 reforça que o juiz deve, sempre que possível, e ainda que em caráter diferido, ouvir as partes e observar a suas contribuições para o “*case management*”, somente podendo decidir em sentido contrário ao que foi objeto de consenso entre os litigantes se houver justa causa.

Além desse capítulo especificamente destinado ao “*case management*”, o Modelo de Regras Europeias de Direito Processual faz alusão ao gerenciamento processual em outras diversas passagens. Para não extrapolar os limites deste ensaio, nos limitamos a fazer referência às disposições afetas à intervenção de terceiros⁹⁰, colaboração pré-

⁸⁹ Como registrado nos comentários feitos pelos “*Reportes*”: “*Rule 49 sets out the court’s general duty of active case management (Rule 4(1)), which is part of the principle of cooperation (Rules 2-4). Some European jurisdiction’s national procedural codes do not specify or enumerate the possible means by which a court can manage cases; they simply articulate the power in a general rule. At the present time there is, however, a strong legislative tendency towards listing the court’s various possible means of case management because comparative and historical procedural empiricism may demonstrate that reminding judges of their various powers, competences, and duties is beneficial and that it properly stimulates their organisational endeavours by ensuring that they maintain a sufficient degree*

of oversight of individual proceedings and take proper steps to guide the parties in the proper conduct of litigation.” ELI/UNIDROIT Model European Rules of Civil Procedure, p. 132 (disponível em: <https://www.unidroit.org/instruments/civil-procedure/eli-unidroit-rules>, acesso em 06/01/2020).

⁹⁰ *Rule 36. Voluntary Joinder of Parties*
(1) *Multiple parties may bring or defend claims in a single proceeding. They may do so if (a) their claims are closely connected, and (b) the court has jurisdiction with respect to all parties.*
(2) *The court may, where it is necessary for the purpose of properly managing the proceedings, order the claims to continue as separate proceedings.*

processual ⁹¹, preparação para a audiência concentrada de instrução e

juízo ⁹², gerenciamento desta audiência ⁹³, atividade probatória ⁹⁴,

(3) Each of the joined parties acts on their own account. Their actions or omissions in the proceedings shall not prejudice the other joined parties.

Rule 37. Consolidation of Separate Proceedings

The court may order the consolidation of separate proceedings pending before it to enable them to be managed properly in a single proceeding.

⁹¹ PART IV – COMMENCEMENT OF PROCEEDINGS;

SECTION 1 – Pre-commencement procedural duties

Rule 51. Duty to promote consensual resolution and effective management

(1) Before proceedings are issued, parties shall cooperate with each other in order to avoid unnecessary disputes and costs, to facilitate the early consensual resolution of their dispute and, where such a resolution is not possible, the proportionate management of future proceedings according to Rules 2-11 and 47-50.

(2) In order to further the general duty set out in Rule 51(1) parties may: (a) provide each other with concise details of their potential claims or defences; (b) clarify and, wherever possible, narrow the legal and factual issues in dispute; and (c) identify relevant evidence so as to facilitate effective and early assessment of the merits of their positions.

(3) Parties may also: (a) consider a possible timetable for proceedings; (b) estimate the potential cost of proceedings; (c) consider issues of limitation, jurisdiction, provisional measures, and of any other procedural matter.

⁹² PART V – PROCEEDINGS PREPARATORY TO A FINAL HEARING

Rule 61. Case management hearings to prepare for the final hearing and determination

(1) To prepare for a final hearing, the court may hold an early case management hearing and if necessary further ones as the case progresses.

(2) Case management hearings may be held in person. If appropriate the court may proceed in written form or use any available electronic means of communication.

(3) In or immediately after a case management hearing, the court should, upon consultation with the parties: set a timetable or procedural calendar

with deadlines for parties to complete their procedural obligations; set the timetable for a final hearing; and, the possible date by which judgment will be given.

(4) Whenever appropriate, the court may provide parties with advice relevant to their preparation for the final hearing and judgment. Such advice should, in so far as possible, be given in the early case management hearing. Case management orders should be made in or immediately after the early case management hearing.

Rule 62. Means of Case Management during the pre-final hearing phase

(1) The court may use all the means of case management set out in Rule 49(1), (3)- (6).

(2) Appropriate measures for the disclosure of evidence and the taking of evidence before a final hearing are, particularly, (a) the production and mutual exchange of documents; (b) requests for written witness statements and their exchange; (c) the appointment of a court expert and expert conferences between a court-appointed expert and experts appointed by the parties, or between court-appointed experts; (d) requests for information from third parties, including public authorities; (e) personal inspection of evidence by the court.

⁹³ Rule 64. The Final Hearing

(1) In so far as practicable, the final hearing should be concentrated. A concentrated final hearing may be adapted to the use of electronic communication techniques. (...)

(5) The court must properly manage the final hearing according to Rules 48-49. In particular, it must (a) determine the order in which issues shall be tried; (b) require a party's appearance in person or require a party's representative, who should be fully-informed of all matters relevant to the proceedings, to be present at the hearing; (c) order the taking of evidence. (...)

⁹⁴ PART VII – ACCESS TO INFORMATION AND EVIDENCE

B. Management of Evidence

juízos parciais⁹⁵, processo coletivo⁹⁶ e distribuição de custos da demanda⁹⁷.

Nesse panorama, observa-se que o recém aprovado Modelo de Regras Europeias do Processo Civil prestigia e disciplina, em abundância, o “*case management*”. A atividade gerencial é trabalhada do início ao fim no corpo das regras-modelo, refletindo o ideal de que o gerenciamento

efetivamente ocorra em todas as etapas do processo.

Como pontos de destaque, podemos afirmar que o texto almeja a implementação de um modelo de processo colaborativo, exigindo das partes, dos advogados e do juiz comportamentos cooperativos em torno de uma finalidade comum, qual seja, assegurar uma prestação jurisdicional justa, efetiva, rápida e

Rule 92. Management and Presentation of Evidence

(1) Whenever necessary and appropriate, the court must order the taking of relevant evidence offered by a party. Where the court makes such an order it may make case management orders concerning the sequence and timing of the production of evidence. The court may also make orders, where appropriate, concerning the form in which evidence will be produced. Rules 49(9) and (11), 50, 62, 64(3)-(6) and 107 apply.

(2) The court, while affording the parties an opportunity to respond, may suggest evidence not previously proposed by a party, which it considers may be relevant to an issue in dispute. If a party accepts such a suggestion, the court will order the taking of that evidence so that it may be offered in support of that party’s contentions of fact and law.

(3) Exceptionally, the court may, while affording the parties an opportunity to respond, order the taking of evidence not previously proposed by a party.

(4) The court shall provide each party with a fair opportunity and adequate time to respond to evidence presented by another party or taken by the court.

⁹⁵ Rule 130: Types of judgment (...).

(2) Where the court gives a judgment that does not decide the whole of a claim for relief, the proceedings continue in respect of such parts for which judgment has not been given. If the court’s judgment on a part of the claim for relief, on a procedural issue, or on legal issues on the merits is subject to appeal the court may exercise its discretion whether to continue or

stay the proceedings according to the circumstances of the case.

⁹⁶ PART XI – COLLECTIVE PROCEEDINGS

Case Management of Collective Proceedings

Rule 218. Case Management Powers

(1) In collective proceedings, the court has additional case management powers, including the power (a) to remove a qualified claimant of a group or any sub-group if they no longer satisfy the conditions in Rule 208 and Rule 209 or fails to act in the interests of all group members, (b) to authorise, with their consent, a new qualified claimant, (c) to modify the description of the group, (d) to divide a group into sub-groups and to authorise, with their consent, a qualified claimant for each sub-group, (e) to dismiss the collective proceeding or to order it to continue as individual proceedings if there is no longer a qualified claimant; (f) to direct the correction of the group register (Rules 216(2) and 220).

(2) The court may hear any person it considers has an interest in the management of the case before making any case management order under this Rule.

⁹⁷ Rule 241. General Rule

(1) When determining upon which party the obligation to reimburse costs shall be placed under Rule 239, the court shall take into account the circumstances of the specific proceedings, in particular whether and to what extent the parties’ claims were successful.

(2) The court may also take into account the parties’ conduct, in particular, whether and to what extent they acted in good faith and contributed to the fair, efficient and speedy resolution of the dispute.

proporcional, que atenda às necessidades do caso concreto sem descuidar dos imperativos inerentes ao bom funcionamento do sistema de justiça como um todo. Partes e advogados, embora tenham o dever de colaborar entre si e com a Justiça, têm o direito de participar e contribuir com a gestão do processo. O juiz, em última instância, deve supervisionar e exigir o comportamento cooperativo dos demais atores processuais, bem como ativamente conduzir e encaminhar o processo rumo ao implemento das suas finalidades.

Em síntese, o Modelo de Regras Europeias evidencia que o “*case management*” é indispensável tanto para que a prestação jurisdicional seja eficiente e alcance suas finalidades no caso concreto, quanto para que a Justiça seja adequadamente administrada e tenha condições de atender ao interesse público.

CONCLUSÃO

O presente artigo, ao analisar disposições contidas nos Princípios do Processo Civil Transnacional (ALI/UNIDROIT) e no Modelo de Regras Europeias de Processo Civil (ELI/UNIDROIT), foi capaz de confirmar a existência de uma tendência global de se prestigiar a atividade de gerenciamento do processo como forma de impulsionar a eficiência da prestação jurisdicional.

Celeridade, efetividade, economicidade, adaptabilidade e cooperação são ideais comumente buscados pelos mais diversos modelos processuais, sejam eles de “*common*

law” ou de “*civil law*”, tenham eles características predominantemente adversariais ou inquisitoriais. Percebeu-se que dificilmente o processo poderia alcançar esses ideais sem uma direção efetiva por parte do juiz. Justamente por isso, emergiu o entendimento de que os magistrados devem se conscientizar sobre a importância da atividade gerencial e exercer os poderes que lhes são conferidos para intervir e administrar o litígio, encaminhando-o, de modo eficiente, para a solução mais justa e adequada. Com o recebimento dessas novas incumbências, o juiz deixou de ter apenas uma função adjudicatória e passou a assumir um papel mais amplo, de “*manager*” do conflito.

Os documentos de “*soft law*” examinados neste ensaio evidenciam, de forma vigorosa, a existência de um dever geral de gerenciamento do processo por parte do juiz, bem como disciplinam, em maior ou menor grau de especificidade, diversas posturas que podem ser adotadas pelo magistrado no âmbito dessa atividade gerencial, que vão desde o planejamento e organização do processo, passam pela administração da instrução probatória, e se estendem até o monitoramento do cumprimento das decisões judiciais. Em todas essas etapas, isto é, do início ao fim da relação processual, o juiz deve estar atento para a necessidade de conduzir ativamente o processo na direção dos seus objetivos, exercendo controle e supervisão contínuos sobre o comportamento das partes, adaptando o processo às especificidades do litígio e fomentando

a busca pelo consenso sempre que este aparentar ser o caminho mais vantajoso para a resolução do impasse.

Considerando que os Princípios do Processo Civil Transnacional e o Modelo de Regras Europeias de Processo Civil visam, dentre outras funções, difundir práticas processuais exitosas, como é o caso do “*case management*”, para inspirar a modernização e o aperfeiçoamento de outros sistemas jurídicos, esperamos que a análise dos dispositivos constantes de tais instrumentos feita neste artigo contribua para despertar nos operadores do Direito a consciência da importância do gerenciamento processual e auxilie no desenvolvimento da matéria no sistema processual brasileiro.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Rui. Oração aos moços, edição popular anotada por Adriano da Gama Kury. – 5. ed. – Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.
- BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo, 2ª edição, São Paulo: Saraiva 2010.
- CABRAL, Antonio do Passo. A duração razoável do processo e a gestão do tempo no Projeto do Novo Código de Processo Civil. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, cord. Fredie Didier Jr., Dierle Nunes e Alexandre Freire, vol. 8 – Normas Fundamentais, JusPodivm 2016.
- _____. *New trends and perspectives on case management: Proposals on contract procedure and case assignment management*. Peking University Law Journal, 6:1.
- CABRAL, Trícia Navarro Xavier. Case management no Brasil. Revista ANNEP de Direito Processual Vol 1, No. 2, Art 24, 2020.
- CAHALI, Claudia Elisabete Schwerz. O gerenciamento de processos judiciais: em busca da efetividade da prestação jurisdicional. 1ª edição. Brasília/DF: Gazeta Jurídica, 2013.
- CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. Acesso à Justiça: Juizados Especiais Cíveis e Ação Civil Pública. 2.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- _____. A ética e os personagens do processo. Revista do Ministério Público, Rio de Janeiro, Edição Comemorativa, 2015.
- COSTA, Eduardo José da Fonseca. As noções jurídico-processuais de eficácia, efetividade e eficiência. Revista de Processo, vol. 121/2005, p. 275 - 301, Mar/2005, DTR\2011\5490.
- GABRIEL, Henry D., *The Use of Soft Law in the Creation of Legal Norms in International Commercial Law: How Successful Has It Been?*, 40 *Michigan Journal of International Law* 413 (2019).
- GAJARDONI, Fernando da Fonseca. Gestão de conflitos nos Estados Unidos e no Brasil. Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP. Rio de Janeiro. Ano 12.

- Volume 19. Número 3. Setembro a Dezembro de 2018.
- GICO JR., Ivo Teixeira. A tragédia do Judiciário. RDA – Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 267, set./dez. 2014.
- GIDI, Antonio. Apresentação ao Projeto às Normas Transnacionais de Processo Civil. *Revista de la facultad de derecho de la Pontificia Universidad Catolica del Perú*, n. 52 (1998/1999).
- GOTTWALD, Peter. *Comparative civil procedure. Ritsumeikan Law Review*, n. 22, mar./2005.
- GRECO, Leonardo. Novas perspectivas da efetividade e do garantismo processual. O novo Código de Processo Civil: o projeto do CPC e o desafio das garantias fundamentais. SOUZA, Marcia Cristina Xavier; RODRIGUES, Walter dos Santos (Coord.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- GONÇALVES, Glaucio Ferreira Maciel. BRITO, Thiago Carlos de Souza. Gerenciamento dos processos judiciais: notas sobre a experiência processual civil na Inglaterra pós-codificação in *Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte*, n. 66, jan./jun. 2015.
- HAZARD, Geoffrey C. Jr. e TARUFFO, Michele. "Transnational Rules of Civil Procedure Rules and Commentary," *Cornell International Law Journal*: Vol. 30: Iss. 2, Article 6 (1997).
- MILLER, Arthur R., "The Adversary System: Dinosaur or Phoenix" (1984). *Minnesota Law Review* 867.
- _____, *What Are Courts For? Have We Forsaken the Procedural GoldStandard?*, 78 *Louisiana Law Review* (2018).
- MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. O Direito Processual Comparado no Mundo Contemporâneo. *Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP*, Rio de Janeiro. Ano 14. Volume 21. Número 2. Maio a Agosto de 2020.
- MOSCHEN, Valesca Raizer Borges e BARBOSA, Luiza Nogueira. O Processo Civil Internacional no CPC/2015 e os Princípios Ali/Unidroit do Processo Civil Transnacional: uma análise de consonância da harmonização processual. *Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP*. Rio de Janeiro. Ano 12. Volume 19. Número 2. Maio a Agosto de 2018.
- ONODERA, Marcus Vinicius Kiyoshi. Gerenciamento do processo e acesso à justiça. Belo Horizonte: Del Rey 2017.
- OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. Efetividade e tutela jurisdicional. *Revista dos Tribunais*. São Paulo, v.94, n.836, jun. 2005.
- PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Jurisdição e Pacificação. Paraná: CRV, 2017.
- RESNIK, Judith. *Managerial Judges*, 96 *Harvard Law Review* 376 (1982-1983).
- _____. *Trial as error, jurisdiction as injury: transforming the meaning of Article III*. 113 *Harvard Law Review* 925 (1999-2000).
- RODRIGUES, Marco Antonio dos Santos. A modificação do pedido

e da causa de pedir no processo civil. Rio de Janeiro: GZ, 2014.

SILVA, Paulo Eduardo Alves da. Gerenciamento de Processos Judiciais, São Paulo, Saraiva 2010.

VAN RHEE, C.H. *Judicial case management and efficiency in civil litigation*, ed. Intersentia, Antuérpia 2008.

_____. *Towards Harmonised European Rules of*

Civil Procedure: Obligations of the Judge, the Parties and their Lawyers' (2020). 1(6) *Access to Justice in Eastern Europe* 6-33.

WOLKART, Erik Navarro. *Análise Econômica do Processo Civil: como a Economia, o Direito e a Psicologia podem vencer a tragédia da justiça*, 2ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.